

O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato

The MST project of settlements territorial development and peasants

El proyecto del MST de desarrollo territorial de los asentamientos y campesinos

João Edmilson Fabrini

Professor do Depto de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de M. C. Rondon.
Correio eletrônico: fabrini@unioeste.br

Resumo

A expansão das relações capitalistas no campo ocorre de forma desigual. Neste contexto, os camponeses têm construído seu lugar social por meio das lutas, como é o caso daquela desenvolvida pelos sem-terra nos assentamentos. Entretanto, no projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos, operacionalizado pelas cooperativas, o camponês não tem lugar. Embora recentemente o MST tenha realizado alguma revisão, as cooperativas coletivas são consideradas uma forma superior de organização para viabilizar um desenvolvimento territorial dos assentamentos. Este projeto está sustentado num arcabouço teórico que reconhece a superioridade operária e as modernas relações de produção para construir um território favorável ao processo revolucionário. Mas, os camponeses dos assentamentos têm resistido ao projeto de desenvolvimento do MST. Procuram colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, associações, grupos coletivos, relações de vizinhança, etc.

Palavras-chave

Desenvolvimento desigual – Camponeses – Sem-terra – Assentamentos – Território.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 75-94	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	----------	----------------

Abstract

The capitalist relations expansion in the field occur in an uneven way. In this context, the peasants have constructed their social place by means of fights, as it is the case of that one developed by the landless in the settlements. However, at the MST (Landless Movement) project of settlements territorial development, accomplished by the cooperatives, the peasants have no place. Although the MST (Landless Movement) has recently performed some revising, the collective cooperatives are considered a superior organization way to make possible the settlements territorial development. This project is upheld in a theoretical framework that recognizes the laborer superiority and the modern production relations to construct a favorable territory to the revolutionary process. But, the settlements peasant have resisted to the MST (Landless Movement) development project. They try to accomplish a project that passes by the rural existence, materialized in the formation of a variety of settled groups as production nucleus, associations, collective groups, neighborhood relations, etc.

Keywords

Uneven development – Peasants – Landless – Settlements – Territory.

Resumen

La expansión de las relaciones capitalistas en el campo o de forma desigual. En este contexto, los campesinos han construido su lugar social por medio de luchas, como es el caso de aquellas desarrolladas por los sin tierra en los asentamientos. Mientras tanto, en el proyecto del MST de desarrollo territorial de los asentamientos operacionalizados por las cooperativas, el campesino no tiene espacio. Aunque recientemente el MST haya realizado alguna revisión, las cooperativas colectivas son consideradas una forma superior de organización para viabilizar un desarrollo territorial de los asentamientos. Este proyecto está sostenido en un bosquejo teórico que reconoce la superioridad operaria y las modernas relaciones de producción para construir un territorio favorable al proceso revolucionario. Pero, los campesinos de los asentamientos han resistido al proyecto de desarrollo del MST. Buscan colocar en practica un proyecto que pasa por la existencia campesina, materializadas en la formación de una variedad de grupos de asentados como núcleos de producción, asociaciones, grupos colectivos, relaciones de vecindades, etc.

Palabras clave

Desarrollo desigual – Campesinos – Sin tierra – Asentamientos – Territorio.

Introdução

A existência camponesa deve ser compreendida no interior da expansão das relações capitalistas de produção, que ocorre de forma desigual. Neste contexto, os camponeses têm construído seu lugar social por meio das lutas, como é o caso daquela desenvolvida pelos sem-terra nos assentamentos. No projeto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de desenvolvimento territorial dos assentamentos, operacionalizado pelas cooperativas, o camponês não tem lugar.

As cooperativas coletivas são consideradas uma forma superior de organização para viabilizar um desenvolvimento territorial dos assentamentos. Este projeto está sustentado num arcabouço teórico que reconhece a superioridade operária e as modernas relações de produção para construir um território favorável ao processo revolucionário.

Entretanto, os camponeses dos assentamentos têm resistido ao projeto de desenvolvimento territorial elaborado pelo MST. Procuram colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, grupos coletivos, associações, grupos de vizinhança marcados por relações de solidariedade, dentre outras formas.

A resistência camponesa e o desenvolvimento desigual das relações capitalistas

As manifestações de resistência dos camponeses são importantes nos estudos da questão agrária e estão relacionadas à expansão do capitalismo no campo. No interior do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, os camponeses, por meio de sua luta de resistência, vão construindo o seu lugar social no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazer-lhes desaparecer. É uma existência garantida mais pelo enfrentamento à ordem expropriatória do que a possibilidade aberta e criada nas entranhas da produção de mercadoria das relações capitalistas.

Aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída a sua condição de classe social, até as profecias do seu desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas; e mais recentemente, a “metamorfose” em agricultor familiar.

O referencial teórico marxista oficial imputou ao estudo do campesinato o sentido da divisão da sociedade em classes sociais e o conflito existente entre elas. A partir da possibilidade de participação dos camponeses nos processos revolucionários (revolução socialista) foram formuladas e aprofundadas concepções teóricas e políticas sobre o campesinato. Nesta concepção, o camponês foi teorizado pelo seu fim, ou seja, não havia lugar para ele na sociedade capitalista (nem na socialista).

Partindo da idéia do desenvolvimento igual das relações de produção, a teorização do campesinato de Marx é a do desaparecimento numa sociedade capitalista avançada (industrial). Isso ocorre porque o fundamento teórico de Marx foi elaborado a partir dos economistas clássicos (Smith, Ricardo, etc.). A economia política se constituiu no horizonte teórico de Marx, estabelecida na produção, reprodução e circulação do capital. Neste universo de interpretação não cabia o camponês¹.

A teoria da economia política clássica era a teorização da uniformidade do mundo (o mundo da mercadoria). As relações capitalistas seriam puras e possuidoras de uma força massacrante de outras relações sociais de produção e as situações irregulares estariam presentes como resíduos que cedo ou tarde seriam descartadas.

Assim, a concepção de que o modo de produção capitalista não permite a existência do campesinato parte da produção da mercadoria como uma força totalizadora do progresso e desenvolvimento das forças produtivas. A idéia de desenvolvimento das forças produtivas está relacionada à outra: de que somente o desenvolvimento pleno do capitalismo seria capaz de criar as condições para a passagem ao socialismo, ou seja, depois da revolução burguesa viria a revolução do proletariado.

Em *O 18 de Brumário*, um conjunto de publicações jornalísticas, Marx refere-se explicitamente ao campesinato atribuindo conteúdo político à sua prática: os camponeses não se constituem numa classe social.

“Os pequenos camponeses constituem uma massa imensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiforme entre si. Seu modo de produção isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo... Seu campo de produção, sua pequena propriedade, não admite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, por-

1. Alguns autores que utilizam o critério da produção de mercadorias para compreender a existência camponesa, como Abramovay (1992), por exemplo, entendem que não existe discussão sobre o campesinato em Marx, Lênin e Kautsky porque é impossível definir a natureza e origem dos seus rendimentos.

tanto, não admite nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais... A grande massa da nação francesa forma-se, assim, pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma forma que batatas em um saco constituem um saco de batatas... Mas na medida que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe. São portanto incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma Convenção” (Marx, 1987, p. 137).

Engels (1981) é outro autor que analisa o campesinato. Na compreensão de Engels, os camponeses deveriam se constituir em outro para ser sujeito político, ou seja, transforma-se num operário agrícola forjado no processo de coletivização de terras, para assim, contribuir na revolução e na construção do socialismo. A contribuição dos camponeses para a construção do socialismo era deixar de existir, pois havia forte antagonismo entre o socialismo e existência do campesinato.

Esta idéia foi exposta na crítica ao Programa Agrário do Partido Socialista Francês em 1894, quando argumentou que não se justificava concessão de terra parcelar aos camponeses, como defendia o Partido, pois eles estavam em vias de extinção e desaparecimento com a intensificação das relações de produção capitalista.

A exploração da terra de forma parcelar não permite a libertação da subordinação dos camponeses, não sendo possível saída do circuito de miserabilidade. Para isso, deveria se reunir propriedade dos meios de produção e trabalho na forma de cooperativas coletivas. A formação de cooperativas era uma condição básica para superar a produção camponesa e construir o socialismo.

Mas, se autores marxistas, e o próprio Marx, por um lado, não vêem possibilidades de existência para o camponês com a intensificação das relações capitalista, por outro, apontam o princípio do desenvolvimento desigual e da luta de classes para considerar a possibilidade de sua existência. Apontam para o entendimento de campesinato pela resistência, luta e o conflito entre as classes.

Os camponeses não estão em conflito direto com a instituição da propriedade. Na realidade, o que mais pesa aos camponeses é o capitalista porque este o subordina na circulação da produção, o que leva à expropriação e diferenciação social.

É interessante a conclusão de Amin e Vergopoulos (1986) sobre o conflito existente no campo quando afirma que os camponeses trazem a tona o funcionamento do próprio sistema que regula a transferência de renda da terra para os setores capitalistas (bancos, comerciantes, estado, indústrias, etc.).

“O que mais pesa ao camponês não é o grande proprietário agrário, mas o capital bancário e o crédito, o capital mercante e os preços, o Estado e o imposto... a contestação camponesa traz à tona o funcionamento fundamental do próprio sistema, e neste caso não há nenhum padrão, em particular, suscetível de desempenhar o papel de pára-raios ou bode expiatório para a cólera das massas camponesas em revolta... O verdadeiro padrão dos camponeses é a indústria e o Estado” (Amin e Vergopoulos, 1986, p. 134).

O conflito de classes no campo, ou seja, o conflito entre camponeses e capitalista/proprietários de terra não está no princípio da produção da mercadoria, mas na circulação da produção e distribuição da mais-valia. O conflito está na transferência da renda da terra ao capitalista da indústria, bancos, comerciantes e também proprietários de terra.

Como o proprietário de terra está inserido numa lógica de acúmulo que tem como raiz a produção e distribuição da mais-valia, o camponês, na sua revolta, também atinge os proprietários

fundiários. A revolta atinge os proprietários de terra porque subverte a ordem de distribuição da mais-valia social (renda da terra) garantida pela propriedade terra, ou seja, vai contra a transferência de mais-valia social para o proprietário fundiário. “Geralmente, as revoltas camponesas não se dirigem contra uma classe, mas contra uma sociedade de classes; por isso o desespero, de onde surge a crueldade, que sempre caracterizou as revoltas camponesas”. (Amin e Vergopoulos, 1986, p. 134).

Lênin (1982) é outro autor que vai tratar dos camponeses no interior do desenvolvimento das relações capitalistas ao analisar o caso da Rússia. O livro I de *O Capital* dificultava a compreensão do capitalismo na Rússia, o que motivou Lênin a estudar o capitalismo a partir da noção de formação econômico-social, explicando a unidade do diverso. O conceito de formação econômico-social implica no reconhecimento de um descompasso de relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas materializada numa mesma base espacial.

As relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas são uma questão central no entendimento da sociedade capitalista, ou seja, há uma correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais. Entretanto, embora haja esta vinculação e interdependência entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, não há entre elas uma harmonia e uniformidade sincronizada. É neste contexto de desigual relacionamento entre as forças de produção e as relações sociais que se pode compreender a existência camponesa.

Neste sentido, o nexa da compreensão da questão agrária e do campesinato reside na desigual correspondência, no descompasso entre as relações sociais e as forças de produção de mercadorias. O desenvolvimento desigual que se incorpora na distribuição do produto social (riqueza produzida) exige a presença da instância política (Estado) para a reprodução social, colocando as lutas sociais no centro da análise.

Segundo Gruppi (1979), Lênin se diferencia de Kautsky, principal referência para a compreensão do capitalismo no campo, na generalização que o autor alemão apresentava nos seus estudos. O estudo do desenvolvimento do capitalismo na Rússia vai tratar da particularidade do campesinato e a especificidade daquela formação histórica, articulada com o desenvolvimento capitalista (Gruppi, 1979, p. 26). Na concepção de Lênin, está implícita o reconhecimento das especificidades que se constitui o campesinato russo.

Gruppi (1979), ainda, afirma:

“A análise Marxista pode ser tão rica porque encontrou a chave do conceito de formação econômico-social. Graças a essa noção, a sociedade não é mais esta formação indistinta capaz de gerar a ilusão de poder encontrar a sua ‘explicação’ em pretensas leis universais... Na concepção de Lênin, a sociedade se desenvolve em formações econômico-sociais distintas, das quais podem ser determinadas as leis específicas que as governam” (Gruppi, 1979, p. 10).

Chayanov (1974) também vai tratar da existência camponesa. A obra de Chayanov se constitui numa importante referência para compreender a questão camponesa e coloca como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica.

Chayanov, não parte do princípio da inserção do campesinato no interior do modo de produção capitalista e de sua subordinação pela renda da terra. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês é considerada “marginal” na compreensão de Chayanov. O autor considera o consumo da família para compreender o volume do trabalho dos camponeses.

Os caminhos trilhados por Chayanov para a explicação da racionalidade camponesa são paralelos à explicação baseada no lucro médio e renda. Enquanto Kautsky e Lênin falam de uma diferenciação social, Chayanov fala de uma diferenciação demográfica, ou seja, do número de trabalhadores-consumidores da família camponesa como nexos explicativos de sua existência. A questão em Chayanov está centrada no consumo dos membros da família, revelando outro conteúdo no trabalho camponês: um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor.

A expansão dos cultivos, por exemplo, está pautada no número de trabalhadores e sua necessidade de consumo. Dessa forma, a renda baseada no lucro médio poderia ser renunciada pelos camponeses, que sobreviveriam para atender suas necessidades de consumo e não para garantir renda compatível com a taxa de lucro médio.

O balanço trabalho-consumo depende de aspectos demográficos, ou seja, número de pessoas disponíveis para consumir/trabalhar. Os camponeses estudados por Chayanov, quando produzem o suficiente, deixam de trabalhar e o aumento do número dos membros da família leva a um alívio da atividade e do esforço no trabalho.

Portanto, a produção camponesa possui uma dinâmica diferenciada e particular que seria reconhecida pela diferenciação demográfica no balanço trabalho-consumo, ou seja, trabalho norteado pelo número de consumidores da família. Enquanto Chayanov ficou com a produção camponesa em si; os marxistas, como é o caso de Lênin, vão apontar para a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no campo e não fora dele, como faz Chayanov².

Ao estudar os camponeses, Martins (1989, 1990, 2000) levanta a necessidade de re-interpretação do campesinato colocando a luta pela terra como forma de garantia de seu lugar no processo social e político. Ao interpelar a construção teórica e compreensão de aliança entre camponeses e operários do PCB, que coloca obstáculos a expressão política dos camponeses, Martins (1990) vai levantar a idéia de se ouvir campesinato.

As lutas e resistências dos camponeses ocorrem de variadas formas, através da qual tem procurado se fazer ouvir. É preciso saber ouvir sua fala. “Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa” (Martins, 1990, p.17). Por meio de suas lutas que ele fala e constrói sua inclusão social. São inúmeros os exemplos de formas de fala dos camponeses, ou seja, a fala de suas ações políticas que é essencialmente para entrar na terra e nela permanecer (contra a expropriação/expulsão).

O estudo de Oliveira (1981, 1991, 1994) resgata a idéia de desenvolvimento contraditório e desigual das relações capitalistas e a introduz na geografia agrária para compreender o campo e o campesinato a partir da perspectiva geográfica. O campesinato é entendido como uma contradição implícita do próprio capitalismo, ou seja, se existe capitalismo, existe contradição e conseqüentemente a existência dos camponeses. Isso se constitui numa “traição”, conforme o autor, às leis da ordem capitalista.

“Outros autores ainda entendem as relações não-capitalistas de produção no campo hoje como criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção dominantes que geraria relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção combinadas ou não em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento)” (Oliveira, 1991, p. 46).

2. Ao analisar clássicos da questão agrária, Paulino (1977) faz referência a Chayanov como um marco teórico na compreensão do campesinato. Entretanto, a autora não visualiza que a fundamentação teórica de Chayanov sobre o campesinato deixa de considerar as relações capitalistas de produção nesta compreensão.

A partir da teorização de Oliveira (1991) pode-se inferir que a existência do campesinato deve-se ao próprio capitalismo, ou seja, o campesinato seria uma criação das relações contraditórias do capitalismo. Isso ocorre porque os camponeses conseguem produzir mercadorias abaixo da taxa média de lucro. A produção camponesa está organizada de forma a transferir mais renda ao capital do que as relações tipicamente capitalistas.

Além dos projetos de colonização e migração, Oliveira (1991) cita o exemplo do arrendamento de terras por camponeses no Oeste do Estado de São Paulo para indicar que o próprio capital lança mão da produção não-capitalista para produzir capital. Assim, "... no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade" de reprodução e existência do campesinato (Oliveira, 1991, p. 50).

Neste contexto, é interessante observar que nem sempre é o capital que se trai com a criação e recriação de relações não-capitalistas, mas são os camponeses que traem a lógica do capitalismo por meio de sua luta. O capitalismo que insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses é traído em suas leis pela luta dos trabalhadores do campo. Este é o caso da luta nos assentamentos, ou seja, camponeses que tem a sua existência garantida pela luta de resistência.

O sentido contraditório e desigual da existência do campesinato está no fato dele garantir a sua existência no sistema adverso pela luta. É como se o camponês não tivesse lugar no capitalismo, fosse de fora, mas insiste em continuar existindo, ou seja, traindo as leis do capital pela luta. De outro lado, ao se entender a reprodução do campesinato como uma possibilidade aberta pelo capitalismo está-se admitindo que é uma relação de dentro do capitalismo, ou seja, que tem lugar no capitalismo, servindo inclusive para a produção de mercadoria, como fazem aqueles que defendem a "agricultura familiar".

No caso dos assentamentos de sem-terra a existência camponesa está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela possibilidade que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses. A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa a proletarianização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem possibilidade de existência por meio de lutas e resistência.

Fernandes (1996), procurando compreender as manifestações políticas das lutas camponesas dos sem-terra refere-se à luta de negação da proletarianização num processo de enfrentamento e resistência contra a subordinação capitalista. A partir da terra conquistada se desdobram novas lutas como ocupações de terra e mobilizações nos assentamentos. Este desdobramento das lutas é entendido como espacialização e territorialização dos sem-terra.

É neste contexto de reprodução e existência camponesa por meio das lutas principalmente, que se deve compreender o desenvolvimento territorial dos assentamentos. Um projeto de desenvolvimento territorial dos assentamentos que valorize as características camponesas dos assentados e não a defesa de seu fim, como ocorre com a proposta do MST, materializada nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), como será visto a seguir.

Assentamentos de sem-terra

Os assentamentos rurais possuem diferentes conteúdos. Segundo Esterici (1992), o termo assentamento surgiu provavelmente no interior do Estado e refere-se às ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para solução de problemas socioeconômicos, reconhecidos sua importância e necessidade, principalmente, pela viabilidade econômica. Neste tipo de assentamento as populações "beneficiadas" estão destituídas de caráter ativo.

Tomando o movimento de luta pela terra como referência nesta abordagem, os camponeses, por meio de ações políticas vão modificando e acrescentando novos conteúdos ao termo assentamento. Aí se desdobram novas ações e lutas de confronto com o Estado por assistência técnica, crédito, infraestrutura, etc.

A população dos assentamentos apresenta enorme diversidade que o termo assentado não revela. A generalização não permite reconhecer as diferenças existentes no interior desta “categoria”. A diversidade de identidade social apresenta-se unificada na subordinação e reunida espacialmente na ocupação da terra (acampamento). O acampamento surge como forma inicial de aproximação e socialização dos trabalhadores sem-terra que se manifesta com maior intensidade no assentamento, pois a terra conquistada surge como base de nova socialização.

Carvalho (1999) afirma que nos assentamentos se encontram grupos sociais de comportamentos distintos marcados por uma identidade social construída na trajetória de vida dos assentados.

“Portanto, no processo de constituição do assentamento, grupos sociais de comportamento muito distintos entre si, encontraram-se numa interação social face a face, independentes da suas vontades. Isso não significa necessariamente que estes grupos sociais ao interagirem tenham sido ou seriam desarticulados, e tendentes para o processo de homogeneização social simplesmente pela fato de pertencerem agora a um mesmo assentamento” (Carvalho, 1999, p. 32).

Não se trata de reconhecer a identidade social pela política somente naqueles grupos ligados ao MST. As posturas de assentados que estabelecem vínculos políticos locais (prefeito, vereadores, entidades, etc.) também se caracterizam com identidades políticas.

Carvalho (1999) ainda, entende que a formação de grupos sociais identificados pela política nos assentamentos significa uma forma de obtenção de benefícios pessoais. Apresentando-se cético à coesão interna dos grupos sociais existentes nos assentamentos formados pela identidade social pela política, eles seriam grupos extremamente débeis e movidos por interesses imediatos.

“... essa auto-identificação significava para elas apenas uma forma de acesso aos benefícios individuais que tal identidade social lhe poderia proporcionar. Essa identidade social realimentava (interdependência funcional) tenuamente o grupo social, no sentido de dar-lhe coesão interna, desempenhando, portanto, uma função social muito precária para a concretização destes objetivos se comparada com aquela função desempenhada pelo projeto político dos grupos sociais que se propunham a implantar um modelo de gestão dos assentamentos” (Carvalho, 1999, p. 57).

Por outro lado, Carvalho (2002) se refere à importância da criação de Comunidades de Resistência como uma alternativa conjuntural para superação de dificuldades colocadas à pequena agricultura resultante de mudanças macroeconômicas recentes com a implantação da ideologia neoliberal. As comunidades de resistência, ou seja, a alternativa camponesa, defendida por Carvalho (2002) indica um caráter defensivo e momentâneo de organização numa conjuntura desfavorável às lutas dos sem-terra. No entendimento de Carvalho, a organização camponesa tem apenas conteúdo tático.

O projeto de desenvolvimento territorial do MST

O assentamento é um espaço que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso,

relações camponesas. Neste espaço, os assentados constroem o território camponês verificado nas relações econômicas, políticas, sociais, etc. Então, cabe compreender como as relações se realizam no espaço e como se torna condição de manutenção e produção de novas ou antigas relações.

Segundo Raffestin (1989), os territórios construídos no espaço podem ser trunfos em favor de determinados segmentos. O espaço do assentamento se constitui como suporte de determinadas relações formando o território camponês.

“O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifesta a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (Raffestin, 1993, p. 144).

Ao referir-se à gênese e desenvolvimento do MST no Brasil, Fernandes (1998) atribui sentido geográfico ao desenvolvimento do movimento dos sem-terra colocando a ocupação de terra e o acampamento como condição de territorialização da luta pela terra. A ocupação é uma condição para a territorialização porque é dessa forma que os sem-terra se “movimentam” e se mobilizam por todo o território nacional, questionando, por meio da sua luta, o poder dos latifundiários.

“A luta pela terra leva a territorialização porque ao conquistar um assentamento, abre-se perspectiva para conquistar um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização... Os sem-terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão MST é um movimento sócio-territorial. A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação que nasceu o MST” (Fernandes, 1998, p. 33).

Verifica-se que no entendimento de Fernandes (1998) a ocupação de terra está no centro do processo de espacialização e territorialização do sem-terra.

Entretanto, a ocupação da terra se constitui numa etapa deste processo. A realização do assentamento, etapa posterior à ocupação, se constitui na materialização e construção do território camponês. Sem a conquista da terra, as novas relações sociais não podem se materializar no espaço, a não ser numa área bem reduzida, ou seja, na área onde foram montadas as barracas dos sem-terra ocupantes.

A ocupação é um pré-requisito para construção do território, pois a partir da terra conquistada se desdobram novas lutas num processo que se realiza no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas e territorialização camponesa. É a terra (fração do território) de assentamento que se constitui no centro da territorialização do campesinato e não a ocupação em si.

Ao analisar o conjunto de transformações políticas, sociais e econômicas desencadeadas por agentes no espaço, Fernandes (2001) ainda, e Leal (2002), apontam para a existência de impactos. O conjunto de mudanças relativas à saúde, geração de rendas, políticas públicas, moradias, educação entre outras mudanças, com a implantação de assentamentos rurais, são expressas no conceito “impactos socioterritoriais”.

Entretanto, o que se verifica são “impactos territoriais” pois o assentamento dos sem-terra implica em transformações que passam pelo controle, domínio, posse e poder sobre o espaço, ou seja, o que faz com que o assentamento se torne um território camponês é o fato dos assentados

possuírem o domínio e poder sobre o espaço antes controlado pelos latifundiários. A existência de impactos territoriais indica que se trata de uma construção resultante do encontro entre sociedade e espaço.

O território se constitui enquanto tal não porque é construído pelo homem apenas, mas porque possui um conteúdo político que passa pelas manifestações de poder sobre o espaço, sintetizando o conflito de classes existente na sociedade. Portanto, são impactos territoriais porque as transformações no espaço com as lutas e conquista da terra (assentamento) implica em alterações na relação de poder, conferindo ao território do assentamento um conteúdo essencialmente político.

Um importante indicativo de impactos territoriais resultantes de um conjunto de transformações nos assentamentos é a formação de grupos, cooperativas, associações, relações coletivas e comunitárias, etc.

Na construção do território camponês, um conjunto de atividades coletivas é desenvolvido nos assentamentos a partir de espaços de socialização política. A idéia de espaço de socialização política foi aplicada por Fernandes (1996), a partir de estudo de Grzybowski (1987) e Tarelho (1988), na compreensão das ocupações de terra e acampamentos organizados pelo MST. Para Fernandes (1996) existe uma multidimensionalidade no espaço de socialização política que se expressa no “espaço comunicativo”, “espaço interativo” e no “espaço de luta e resistência”. A construção destes espaços é utilizada para compreender o desenvolvimento de ações coletivas pelos camponeses no interior dos assentamentos de trabalhadores sem-terra.

O espaço comunicativo é a primeira dimensão do espaço da socialização política e consiste num lugar onde os sujeitos constroem a consciência dos direitos até a formação de uma identidade social. A comunicação enquanto uma atividade de organização social se realiza no tempo e no espaço que pode ser a igreja, sindicato, escola, etc. Os assentamentos organizados em núcleos e grupos de assentados também se constituem num lugar de comunicação e socialização política.

Neste processo é construída outra dimensão da socialização política: o espaço interativo. Este espaço é entendido como uma segunda dimensão do espaço de socialização em que os sujeitos possuem conhecimento crítico da realidade e de suas ações.

A partir da comunicação e da interação se constitui a luta e resistência, quando tem início a terceira dimensão da socialização política, ou seja, a criação do espaço de luta e resistência em diferentes lugares. Neste momento, ocorre a espacialização da luta com a reprodução de experiências construídas a partir da socialização política. A ocupação de terra e o acampamento de sem-terra são um espaço de luta e resistência. A partir do acampamento, desdobram-se outros espaços de socialização como marchas, caminhadas, ocupações de órgão público, etc.

Trazendo a idéia de espaço de socialização política para os assentamentos, verifica-se que a organização espacial é condição de produção e reprodução de relações sociais que favorece a formação de núcleos, grupos, comunidades, etc. Neste sentido, a formação de grupos de assentados materializados nas mais variadas formas permite a aproximação entre as pessoas, ou seja, a construção de relações entre as pessoas para o desenvolvimento de atividades coletivas e construção do território camponês.

As manifestações coletivas nos assentamentos surgem como forma de resistência ao ordenamento social capitalista e tem implicações nas relações de poder. As ações coletivas entre os camponeses são atividades desenvolvidas a partir da descoberta e de revelações políticas. As revelações políticas construídas nos assentamentos apontam para nova compreensão do ordenamento da social e espacial, indicando o conteúdo do território camponês.

Portanto, as ações coletivas implícitas no território camponês são aquelas marcadas por um conteúdo de classe social, motivada por uma identidade política construída no processo de

luta pela terra e possui perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade.

A concepção do MST de atividades coletivas e a construção do território nos assentamentos

O MST elegeu as cooperativas como a principal forma de materialização das ações coletivas nos assentamentos, apesar de revisão/redefinição recente do método e suas estratégias de ação. As cooperativas têm se constituído num dos principais instrumentos de desenvolvimento de ações coletivas. Segundo Thomaz Jr e Ribas (2000), o cooperativismo pauta-se numa tática pela qual o MST materializa seu projeto de gestão territorial nos assentamentos com um ordenamento específico expresso nos lugares e formam redes de contra-poderes.

O MST entende que há necessidade de organização de cooperativas nos assentamentos para o desenvolvimento das forças produtivas e inclusão dos assentados ao mundo da mercadoria. Esta inclusão não se encerra nela mesma, mas cria condições para inverter o ordenamento social regido pelo capital.

A idéia é que as cooperativas podem criar condições favoráveis à construção do socialismo. Estas condições seriam criadas, no entendimento do MST, com o estabelecimento de produção tipicamente capitalista para modernizar as relações sociais no campo. A criação destas condições de produção (desenvolvimento das forças produtivas e produção de mercadorias) ampliaria as forças revolucionárias da sociedade, semelhante ao papel desempenhado por uma revolução democrático-burguesa.

Trata-se de uma construção territorial que não passa pela dimensão camponesa, ou seja, que não reconhece na construção do território camponês as condições favoráveis para transformações sociais revolucionárias, pois o coletivo forjado na esfera política das relações camponesas tem um conteúdo “menor” do que aquele forjado no interior da produção como ocorre com os operários da fábrica.

Esta compreensão é inspirada numa matriz teórica que reconhece a expansão das relações capitalistas como portadora de desenvolvimento. Ao estudar o desenvolvimento do capitalismo, Lênin (1982) aponta para as transformações no campo com a industrialização. A grande indústria mecanizada transfere para o campo o modo de vida urbano/industrial, provocando uma “revolução” nas condições de vida das populações rurais. A expansão das relações capitalistas por meio da indústria é vista como possibilidade de desenvolvimento com a modernização de relações sociais e de produção.

“Constata-se, enfim, que os dados relativos aos operários fabris russos corroboram plenamente a teoria d’O Capital segundo a qual a grande indústria mecanizada provoca uma completa e decisiva revolução nas condições de vida da população industrial, separando-a definitivamente da agricultura e das seculares tradições de vida patriarcal a elas vinculadas. Mas, destruindo as relações patriarcais e pequeno-burguesas, a grande indústria mecanizada cria, por outro lado, condições que aproximam os operários industriais assalariados dos proletários rurais: em primeiro lugar, ela transfere inteiramente para o campo o modo de vida industrial e comercial articulado inicialmente nos centros não-agrícolas; em segundo lugar, propicia a mobilidade da população, criando amplos mercados de trabalho tanto para os operários industriais quanto para os agrícolas e, finalmente, introduzindo máquinas na agricultura, leva até a aldeia operários industriais experimentados, cujo nível de vida é sensivelmente mais elevado” (Lênin, 1982, p. 341).

As ações do MST no início da década de 1980 foram caracterizadas por lutas de conquista da terra. A conquista da terra levou o sem-terra a declinar sua atenção também para ações coletivas nos assentamentos. A produção nos assentamentos passou a ser entendida como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra.

No período de início do MST, que vai de 1979 a 1985, não havia política cooperativista definida para os assentamentos. Eram atividades coletivas que se materializavam nas associações de assentados, mutirões, troca de dias de serviço, etc. A orientação dessa cooperação simples, como os mutirões, por exemplo, tinha raiz na Igreja, com quem parte significativa da militância possuía fortes vínculos.

No período de 1985-1989 aumentaram as atenções para os assentamentos, quando se consolidou a idéia de que a luta dos assentados é uma luta do MST. No I Encontro Nacional dos Assentados em 1986 ficou decidido que os assentados pertencem ao MST, formando neste Encontro uma Comissão Nacional de Assentados.

Entre 1989 e 1990 são formadas as primeiras cooperativas, como foi o caso da Coanol (Cooperativa Agrícola Nova Sarandi Ltda) e Cooptil (Cooperativa de Produção Trabalho e Integração Ltda.) no Rio Grande do Sul. Começa a se esboçar uma política cooperativista no interior do MST que mais tarde desemboca na criação do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados).

Neste período ainda, são definidas as primeiras linhas políticas na formação do SCA, marcadas essencialmente pela busca de eficiência econômica como forma de viabilizar as lutas nos assentamentos. A CPA (Cooperativas de Produção Agropecuária) foi considerada uma forma superior de cooperação com a coletivização da terra, trabalho, gestão e capital. A produção de subsistência não foi desprezada, mas a elaboração de mercadorias teve uma importância destacada. A Economia Política passa a se constituir em paradigma para a elaboração da concepção de cooperativismo, ou seja, uma compreensão da expansão do capitalismo no campo semelhante à que ocorre na indústria.

Para garantir organicidade foram criadas as Centrais de Cooperativas (a primeira CCA surgiu no Rio Grande do Sul). Foi criada também a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) em 1992, na cidade de Curitiba, resultante dos debates internos do MST.

A Confederação (Concrab), organização das cooperativas na terceira instância, tem a função de coordenação geral das políticas e planejamento do desenvolvimento das atividades das cooperativas. Cabe ainda, organizar a formação técnica (administrativa, financeira e agrônômica) de caráter nacional, desenvolver estudos e estratégias de mercado, cuidar das relações internacionais relacionadas às cooperativas (exportação, por exemplo) e articulação com outras confederações.

As reflexões feitas de 1989 a 1993 resultaram em algumas definições expressa na elaboração de um conjunto de documentos que indicaram a necessidade de intensificar as relações de produção de mercadoria nos assentamentos.

Desde 1993 as CPAs enfrentam dificuldades, o que levou o MST a declinar sua atenção ao debate sobre o cooperativismo. Foi neste contexto também que o MST elaborou um importante documento: *A cooperação agrícola nos assentamentos* (1993). Este documento aprofundou a preocupação com uma concepção de cooperativa sustentada basicamente na esfera econômica, apesar de referir-se às razões e objetivos sociais e políticos. Ficou destacado que a cooperação nos assentamentos se daria por meio da divisão do trabalho e deveria funcionar como uma empresa econômica.

Os debates sobre a cooperativa-empresa econômica ou uma cooperativa mais de conteúdo político ficou explícito no documento *Sistema cooperativista dos assentados* de 1998, que exprime, até os dias atuais, a concepção de cooperativismo do MST. Essa tensão de concepções se

manifesta no documento de 1998 que se refere à organização dos núcleos de base/produção, de um lado, e a necessidade da divisão de trabalho de outro, como forma de viabilizar as cooperativas. Apesar do enfoque político, a dimensão econômica, é a lógica fundante da cooperativa. Segundo Almeida (2001) existem dificuldades de apreensão do movimento contraditório da realidade quando se privilegia a explicação economicistas no entendimento da construção do território. O privilégio atribuído às questões de natureza econômica tem resultado no entendimento de “... um território sem sujeitos, enfim, vazio de relações sociais” (Almeida, 2001. p. 1).

Embora o MST/Concrab tenha estimulado as mais variadas formas de associativismo agrícola nos assentamentos, as cooperativas são a principal forma de organização econômica, social e política. “Portanto, o paradigma da década de 90 foi constantemente reafirmado: *cooperação é igual à cooperativa ou dá-se através dela* [grifo do autor]” (Concrab, 1999, p. 32).

O entendimento do MST/Concrab é de que não existem condições do assentado progredir econômica, social e politicamente através da produção familiar. O modelo de produção capitalista inviabiliza esse progresso, sem necessariamente inviabilizar a produção familiar, que permite o acúmulo para os capitalistas. Os assentados devem reconhecer no trabalho em cooperativas a possibilidade de seu desenvolvimento.

A proposta de cooperação através das CPAs refere-se ao desenvolvimento das forças produtivas como condição para viabilidade dos assentamentos. Conforme a Concrab (1993), existe a necessidade de aumento de capital constante, produtividade do trabalho, divisão e especialização do trabalho, racionalização de acordo com os recursos naturais e desenvolvimento de agroindústrias para se alcançar patamares de produção cada vez mais elevados nos assentamentos.

É importante destacar na proposta das cooperativas coletivas a divisão do trabalho, que implica na produção de um excedente cada vez maior, possibilitando assim a ampliação das trocas. Esta (troca) é base para o desenvolvimento da economia mercantil capitalista e daí a necessidade de cada vez mais ampliar a divisão e especialização para criação de mercado de consumo. A produção, neste caso, tem como objetivo a satisfação das necessidades do outro, realizada nas trocas.

A necessidade de organizar uma cooperativa que possa produzir mercadoria e integrar-se ao mercado, como indica MST/Concrab (1999), é a forma de construir a resistência nos assentamentos.

“Uma unidade de produção qualquer, *somente conseguirá progredir se criar alternativas de produção de mercadorias*, ou seja, vender fora do assentamento, em quantidades para garantir remuneração da mão de obra aplicada [grifo nosso]” (Concrab, 1999, p. 14).

A produção camponesa implica numa redução das trocas, pois apresenta uma baixa divisão do trabalho. Para estimular a divisão do trabalho nos assentamentos, o MST organizou cursos de formação aos assentados, dos quais se destacam os Laboratórios Organizacionais³.

O modelo de racionalidade econômica e organização empresarial é considerado pelo MST a forma de viabilizar econômica e politicamente as CPAs. A organização empresarial defendida pelo MST é semelhante à proposta de Lênin nas Tarefas Imediatas, quando estimulou a implantação do sistema taylorista e utilização de processos científicos de trabalho (Linhart, 1983, p. 77). O sistema Taylor, duramente criticado por Lênin antes da revolução, considerado como um sistema para esmagar e sujeitar os operários às máquinas, passou a ser defendido depois do período revolucionário. Paradoxalmente, Lênin visualizou o impulso democrático e a participação das massas nas tarefas de administração e contabilidade, procurando diferenciar o taylorismo soviético do americano. Procurou forjar um taylorismo proletário e libertador!

3. No estudo de Brenneisen (2000), existe uma importante análise crítica dos laboratórios organizacionais em que se destaca a natureza, objetivos e conteúdo destas atividades entre os assentados.

Organizadas como uma empresa dirigida pelos assentados, as cooperativas, segundo o MST (1993), devem produzir em escala e colocar seus produtos no mercado a preços mais competitivos.

“No mercado capitalista sempre se consegue os melhores preços quando se negocia quantidades maiores e produtos de maior qualidade. Através da cooperação, portanto, aumentam as chances de resultados financeiros mais rentáveis” (MST, 1993, p. 11).

Os fatos têm demonstrado muitas dificuldades de sobrevivência das cooperativas na esfera do mercado, tanto aquelas tradicionais, como as de resistência, que não contam com o apoio do poder público (Estado) como ocorre com muitos empreendimentos capitalistas privados.

Oliveira (1994), analisando as propostas de cooperativas agrícolas vê dificuldades para os assentados. Aponta que a especialização que estaria implícita nesta proposta, inclusive nas CPAs, pode significar a entrada nas enrascadas da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir com os produtores capitalistas. Considera ainda que o rumo trilhado pela agricultura camponesa, onde se inclui aquela desenvolvida nos assentamentos, deve ser a de uma alternativa defensiva de recuperação da policultura em oposição à lógica da especialização, diminuindo ao máximo a dependência externa.

“Os agricultores camponeses por sua vez têm sido pressionados no rumo da especialização. Muitos autores progressistas têm apontado as cooperativas e a especialização como alternativa aos camponeses que chegam à terra, depois de muita luta... Entretanto, parece que o rumo a ser trilhado pela agricultura camponesa pode e deve ser outro... Esta alternativa defensiva consistiria na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização que o capital impõe ao campo camponês. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros” (Oliveira, 1994, p. 49-50).

Portanto, é preciso de uma organização de cooperativas nos assentamentos sustentada teoricamente em paradigmas que valorize a organização familiar dos assentados. Uma cooperativa edificada a partir das relações sociais que considere a importância da produção camponesa.

É necessário observar que a crise vivida pelas cooperativas não é motivada exclusivamente por razões internas. As investidas do Estado contra esta forma de organização dos sem-terra chegou a ponto de que se para combatê-la, é necessário inviabilizar os projetos de desenvolvimento dos assentamentos, como foi o caso do Projeto Lumiar de assistência técnica, então que o faça, pois o enfraquecimento das cooperativas se tornou elemento principal na política dos órgãos oficiais de gestão dos assentamentos no fim da década de 1990.

Somada às dificuldades colocadas pela ação direta do governo federal para dismantelar as cooperativas e projetos desenvolvidos nos assentamentos, acrescenta-se o modelo agrícola excludente adotado na modernização da agricultura, diminuição de subsídios agrícolas, abertura e liberalização do comércio com importação de produtos agrícolas, exposição da agricultura à voracidade da competição internacional, etc.

A partir desta conjuntura nacional desfavorável, o MST/Concrab tem feito uma série de reflexões sobre a organização da produção e cooperação nos assentamentos, resultando na criação em 2002 do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente em substituição ao SCA. Se no período anterior houve uma valorização das lutas pelos créditos oficiais na formação das cooperativas, agora a preocupação volta-se mais para a organização interna, com cooperativas tendo mais

na sua base a mão-de-obra e a terra e menos a expectativa de créditos e projetos de alocação de recursos financeiros⁴.

O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente foi dividido em cinco frentes de atuação: Frente da Cooperação Agrícola e Cooperativas, Frente da Organização de Base, Frente da Assistência Técnica e da Produção, Frente de Formação e Capacitação, Frente do Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária.

A compreensão de campesinato do MST

Um dos obstáculos para o desenvolvimento do trabalho coletivo nos assentamentos, segundo o MST, são as características camponesas dos assentados. Estes não apresentam consciência coletiva formada a partir da divisão do trabalho.

O entendimento do MST é que no processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e de aversão às atividades coletivas, diferentemente do que ocorre com a produção capitalista nas indústrias. A coletivização da terra, trabalho, instrumentos, gestão da produção seria uma condição para superação da consciência camponesa dos assentados e conseqüentemente construção da consciência coletiva. As cooperativas operacionalizariam a construção da consciência coletiva entre os camponeses.

Para o MST, a base material em que os camponeses estão inseridos não permite que eles se construam enquanto sujeitos políticos. Há a necessidade, segundo este entendimento, de uma força unificadora e aglutinadora para que os camponeses possam participar do processo político.

A eliminação das características camponesas dos assentados seria uma necessidade, pois são um obstáculo para o desenvolvimento econômico, social, político dos assentados. A própria expansão das lutas, dependeria da superação das características camponesas dos assentados.

O MST entende que os camponeses nos assentamentos não possuem “consciência coletiva” por causa da forma como estão inseridos no processo produtivo. A necessidade de superação das relações camponesas dos assentados é verificada no documento “O que levar em conta para a organização do assentamento” de 2001.

“Os camponeses pôr serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. *Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista.* Estes camponeses pôr organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista [grifo nosso]” (Concrab, 2001, p. 7).

A compreensão de desenvolvimento de atividades coletivas e cooperação do MST, sustentada teoricamente em pressupostos marxistas, apresenta características que reconhece o caráter progressista das relações capitalistas na agricultura, sendo o campesinato uma relação atrasada. Esta concepção de marxismo está calcada no entendimento da II Internacional, marcada pelo evolucionismo.

4. Segundo declarações do Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Lula (janeiro de 2003) uma das características do modelo de reforma agrária será a qualidade dos assentamentos. Promete executar uma reforma agrária não limitada apenas à questão fundiária, mas que seja de natureza econômica, social, produtiva e fundiária. Isso pode apontar para uma redefinição nas lutas dos sem-terra em relação à conquista de benefícios para os assentamentos.

A leitura de Marx é feita como se ele fosse um teórico do desenvolvimento igual e das forças produtivas (evolucionista) e não da revolução e do conflito de classes. Mas, o campo brasileiro é marcado pela ruptura e contra-ordem e não pela evolução. “No campo, porém, na nossa tradição camponesa, as grandes mudanças não estão associadas a nenhum evolucionismo e sim a rupturas, socialmente concebidas como inversão de ordem” (Martins, 1989, p. 21).

O que se observa nos assentamentos é uma discrepância entre os projetos dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas com trabalho coletivo do MST/Concrab. Verificou-se assim que as cooperativas do MST enquanto empreendimento econômico está sustentado na idéia de reprodução ampliada e de escala progressiva, característica da sociedade moderna. Esta compreensão entra em confronto com a reprodução simples da produção camponesa.

A racionalidade do camponês não é a de produtor de mercadorias e excedentes conforme ocorre na empresa capitalista, embora ele acabe gerando renda para a acumulação capitalista, quando os produtos agrícolas são transformados em mercadorias na circulação da produção.

O desafio colocado é conciliar a proposta principal de cooperação do MST (coletivização) e as aspirações de reconstrução do projeto de ser camponês; relação que envolve “autonomia” e “auto-suficiência” se comparada com a proposta de modernização de relações, incorporação ao mercado, com o estabelecimento de regras rígidas de trabalho (estabelecimento de horários, por exemplo), divisão do trabalho, controle da produção, etc.

“... o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ‘ser colono’, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sobre seu controle a organização e os resultados da produção” (Zimmerman, 1994, p. 208).

Por outro lado, o ideal camponês de autonomia motiva sua disposição de luta e manutenção na terra conquistada, procurando ampliar suas conquistas agora na condição de assentado. As características da produção camponesa, ao contrário de fragilidade, são uma condição para a luta. Não somente luta para entrar na terra, mas também para nela permanecer e garantir sua autonomia e liberdade. Portanto, aquilo que o MST considera uma fragilidade é condição de resistência e existência.

Os camponeses têm demonstrado que podem desenvolver atividades coletivas que se traduz em resistência na sua prática. Não é somente aquela ação coletiva proveniente da consciência construída no processo de produção, como ocorre com os operários da indústria, que permite a formação da consciência coletiva. A consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos com o capital e os proprietários de terra.

A raiz camponesa dos sem-terra é que sustenta sua disponibilidade de luta. O prosseguimento da construção do movimento depende da manutenção desta característica camponesa. Assim, as características camponesas dos assentados devem ser preservadas para a ampliação das lutas, não se justificando a necessidade de sua superação para alcançar patamares superiores de luta (CPA), como defende o MST.

A dimensão econômica e produtiva não se constitui no único parâmetro para compreensão do desenvolvimento territorial dos assentamentos. Organizados na forma de núcleos e grupos, os camponeses dos assentamentos canalizam seu potencial de luta política para garantir a sua existência no sistema adverso (capitalismo). Enfim, os grupos de assentados e núcleos formados nos assentamentos operacionalizam atividades coletivas e construção do território camponês que estão centradas nas relações sociais e não na produção de mercadorias.

A unidade existente entre as famílias dos núcleos e grupos de assentados não tem sido mediada pela produção agrícola necessariamente, mas pela identidade e afinidades políticas construídas

no processo de luta. O núcleo/grupo não é um espaço de produção agrícola apenas, mas espaço de socialização e construção política que oferece resistência à subordinação capitalista. Não é a produção, mas a identidade política e social construída na trajetória de lutas dos assentados que forma a coesão nos núcleos e grupos de assentados que caracterizam o território camponês no espaço dos assentamentos.

Assim, os camponeses assentados combinam variadas formas de relações, apresentando diferentes situações que não se esgotam numa fórmula única. Embora muitos grupos sejam formados por famílias motivadas por um condicionante econômico (produção), são as relações sociais, políticas e ideológicas que forjam as ações coletivas.

A formação de núcleos e grupos de assentados materializa concepções políticas e ideológicas com discussões de questões que atinge a sociedade toda. Os assentados não ficam passivos diante de decisões tomadas para atender os interesses dos dominantes. É neste agir coletivo centrado na esfera política que os assentados vão constituindo o seu território nos assentamentos.

As informações trazidas e discutidas no interior dos núcleos e grupos permitem o assentado se contextualizar da conjuntura política, social e econômica a partir de uma análise elaborada pelos próprios trabalhadores. Não há somente repasse de informações, mas discussão de formas de participação e realização de lutas de resistência.

Considerações finais

No processo de construção do território, verifica-se que as cooperativas despontaram como forma de participação dos assentados enquanto sujeito político. Entretanto, é a partir da inclusão econômica e produtiva que as cooperativas representam, que o MST entende que os assentados vão se tornar sujeitos políticos. E ainda, é como se a participação política exigisse o desenvolvimento de forças produtivas para existir.

Por outro lado, os assentados vão construindo formas de participação que não passam necessariamente pelo desenvolvimento da forças produtivas como condição para construção de sujeitos políticos. Uma construção que ocorre mais pelo desenvolvimento de forças sociais e populares do que pelo desenvolvimento das forças produtivas. É neste contexto de emergência de forças sociais que se expressa o conteúdo e natureza do território camponês nos assentamentos de sem-terra.

Eis, pois, como os camponeses dos assentamentos se constroem como sujeitos políticos, verificados a partir da materialização de relações camponesas no espaço (território camponês). Um espaço marcado pelo descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *Migração e território sob o olhar do migrante*. Três Lagoas: 2001. (digitado)
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, v. 1 e 2.
- BOGO, Ademar. *Resgatar os princípios organizativos*. São Paulo: MST, 2001.

- BRENNEISEN, Eliane Cardoso *Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na Região Centro-Oeste do Paraná*. São Paulo: PUC-SP, 2000. 287 p. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais)
- CARVALHO, Horácio Martins. *A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil*. Curitiba: NEAD, 1999.
- _____. *Comunidade de resistência e superação*. Curitiba: 2002. (digitado)
- CHAYANOV, Alexander Von. *La organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CONCRAB. *Sistema cooperativista dos assentados*. 2 ed. São Paulo: Concrab, 1998. (Cadernos, n. 5)
- _____. *Evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999)*. São Paulo: Concrab, 1999.
- _____. *O que levar em conta para a organização do assentamento*. São Paulo: Concrab, 2001.
- ENGELS, Frederich. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 59-80.
- ESTERCI, Neide. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). *Assentar, assentados e assentamentos – solução ou atenuante*. Campinas: ABRA, 1992. p. 7-15
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST – formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Gênese e desenvolvimento do MST*. São Paulo: MST, 1998.
- _____. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- KAUTSKI, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LEAL, Gleison Moreira. *Os impactos sócio-territoriais dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio*. Presidente Prudente: UNESP, 2002. 157 p. (Relatório de Qualificação de Mestrado)
- LINHART, Robert. *Lênin, os camponeses e Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MALAGODI, Edgard. *Marx e a questão agrária*. In: ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Campinas: n. 22. p. 59-85, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Moraes, 1987.
- MORAES, Clodomir de. *Elementos da sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. *A cooperação agrícola nos assentamentos*. São Paulo: MST, 1993.
- _____. *Normas Gerais*. São Paulo: MST, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de produção capitalista e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12.º, [19--], Águas de São Pedro, SP. *Mesas Redondas...* Rio Claro: IGCE, 1994. p. 24-51.

- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Geografia, movimentos sociais e natureza. Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 19/20, p. 5-25, out. 1997. (Tema: A questão agrária e o campesinato: um retorno aos clássicos)
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Ática: São Paulo, 1993.
- THOMAZ JR., Antonio; RIBAS. Alexandre Domingues. *O cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Presidente Prudente: 2000. (digitado)
- ZIMMERMANN, Neuza. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS. L. et al. (orgs.). *Assentamentos rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994. p. 205-224.

